



A Palavra do Diretor - O Poder de Ensinar - #04

Caros amigos e benfeitores,

Continuemos a estudar o mistério da Igreja, a fim de aprofundar a nossa fé e compreender melhor a importância do sacerdote na obra da nossa salvação.

Após termos visto o primeiro poder da Igreja — o poder de comandar e dirigir os fiéis (a jurisdição) — vejamos agora o segundo poder da Igreja: o poder de ensinar, o magistério.

Para salvar as almas, Jesus enviou seus apóstolos a pregar a Revelação ao mundo inteiro: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; quem não crer será condenado." (Mc 16, 15-16).

Como podemos ver, a fé vem em primeiro lugar. Para sermos salvos, devemos antes de tudo crer na Verdade revelada.

A fim de garantir que essa verdade alcance as almas de boa vontade, intacta, sem mudança nem diminuição, Jesus concedeu à sua Igreja três atributos (que não se devem confundir com as quatro marcas que a distinguem): a autoridade, a infalibilidade e a indefectibilidade.

A autoridade para ensinar em seu nome; a infalibilidade para não enganar os fiéis; a indefectibilidade para transmitir o depósito revelado até o fim dos tempos.

Examinemos mais de perto cada um desses três atributos dados por Jesus Cristo à sua Igreja. Começemos pelo atributo da autoridade.

1) O que é o atributo da autoridade?

Vejamos o que nos ensina o catecismo.

À pergunta: "O que entendeis por autoridade da Igreja?"

O catecismo responde: "Pela autoridade da Igreja entendo a missão, o direito e o poder recebidos de Jesus Cristo pelo Papa e pelos bispos, sucessores dos apóstolos, para pregar o Evangelho e governar os fiéis."

Assim, Deus designou certos homens — e somente eles — para falar em seu nome e transmitir a Revelação na qual é necessário crer para ser salvo. E Ele quer que lhes sejamos submissos: "Cada um se submeta às autoridades superiores, pois não há autoridade que não venha de Deus; e as que existem foram instituídas por Deus. Portanto, quem resiste à autoridade resiste à ordem estabelecida por Deus, e os que resistem atrairão sobre si a condenação." (Rm 13, 1-2).

Os protestantes que pretendem ser diretamente inspirados por Deus e enviados por Ele não podem apoiar-se em nenhum texto da Sagrada Escritura. Ao contrário, Nosso Senhor insiste constantemente em sua própria missão e no envio de seus apóstolos para representá-lo e continuar sua obra: "Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio." (Jo 20, 21).

Essa autoridade foi dada apenas para conservar e transmitir a Revelação, e para nada mais; nem para modificá-la, nem para acrescentar ou retirar qualquer coisa.

Ela é um fator de unidade, a serviço da verdade, mas não acima dela. Temos assim o exemplo de São Paulo opondo-se publicamente ao primeiro Papa, São Pedro, quando, por sua atitude, este parecia trair o Santo Evangelho: “Mas, quando Cefas veio a Antioquia, resisti-lhe face a face, porque era repreensível (...) Vendo que não procediam corretamente segundo a verdade do Evangelho, disse a Cefas diante de todos...” (Gl 2, 11-14).

É importante compreender isso, nesta crise que vivemos, na qual os epítetos de desobediente, cismático, excomungado nos são constantemente lançados: a autoridade que Deus delega a certos homens existe para a salvação das almas. Quando homens — sejam chefes de família, chefes de Estado ou chefes da Igreja — utilizam essa autoridade contra a própria autoridade de Deus, então é melhor obedecer a Deus do que aos homens, como São Pedro já havia proclamado diante do sumo sacerdote: ”E, tendo-os trazido, apresentaram-nos ao Sinédrio. E o sumo sacerdote lhes disse: “Não vos proibimos expressamente de ensinar nesse nome? E eis que encheistes Jerusalém com a vossa doutrina e quereis fazer recair sobre nós o sangue desse homem.” Mas Pedro e os apóstolos responderam: “É preciso obedecer a Deus antes que aos homens.” (At 5, 29).

Evidentemente, para evitar pretextos indevidos, é prudente esperar que um superior nos dispense do dever de obediência, em vez de decidir por conta própria (a menos que seja algo evidente, como no caso dos Dez Mandamentos). Na Idade Média, por exemplo, os fiéis deviam aguardar a condenação do Papa antes de deixar de obedecer ao seu rei.

Surge então naturalmente a questão de Dom Lefebvre, e em particular das sagrações de 1988.

Nas próximas semanas, estudaremos sucessivamente:

- Em que sentido as sagrações conferidas por Dom Lefebvre não constituíram um ato de desobediência;
- Em que sentido a consagração dos quatro bispos não foi um cisma;
- Como se pode afirmar que a excomunhão incorrida não era nem válida, nem obrigatória;
- E, por fim, examinaremos a tese daqueles que sustentam que, para resistir a todo erro permanecendo fiéis à fé, é necessário atuar dentro da estrutura oficial da Igreja.

† P. Brocard

- 24.03.2026